



Boletim do Judiciário Federal

[f/sintrajusc.sindicatodostrabalhadores](#) [YouTube/sintrajusc](#) [/sintrajusc](#) [/sintrajusc](#) [/sintrajusc](#) Terça-feira, 1º/10/2019-nº1464

9º Congresso do Sintrajusc dá o rumo da luta para os próximos três anos



Rodrigues Viana

Congresso foi realizado em Florianópolis nos dias 14 e 15 de setembro e aprovou criação de quatro Grupos de Trabalho

Xanxerê presente!



Em setembro, mês da chegada da Primavera, o Sintrajusc recebeu cinco filiações da Vara do Trabalho de Xanxerê: Adriano Chiodi, Michel Willemann Menezes, Ana Carolina Lucena Pinheiro, Juliane Eufrásio Martins da Silva e Camila Scheid Trópia de Campos Martins.

A coordenação do Sintrajusc saúda a chegada d@s colegas aos Sindicato e a disposição de fazer parte da luta coletiva! Sejam bem-vind@s!

Não importa que doa: é tempo de avançar de mão dada com quem vai no mesmo rumo
Trecho do poema «Para os que Virão», de Thiago de Mello

Congresso aprova criação de quatro Grupos de Trabalho

O 9º Congresso do Sintrajusc (Congrejusc), realizado no Iate Hotel, em Florianópolis, nos dias 14 e 15 de setembro, definiu o Plano de Lutas do Sindicato para o triênio 2020-2022 (veja no quadro). Os servidores também discutiram as teses e propostas apresentadas ao longo dos dois dias. Foi aprovada a criação de quatro Grupos de Trabalho (GT):

✘ GT para estudar e propor alterações ao Estatuto do Sintrajusc com o objetivo de regulamentar processos eleitorais por meio eletrônico

✘ GT de mulheres, negros e negras e LGBTI+ para formação, organização e participação qualificada nas instâncias da categoria em parceria com outros Sindicatos

✘ GT que viabilize, em parceria com outras entidades do movimento social e sindical, o desenvolvimento de cursos de formação voltados para a disseminação de conhecimento e valores em consonância com o interesse dos trabalhadores, inclusive com opção de participação não presencial.

✘ GT para discutir condições de saúde dos servidores e ambiente de trabalho

Foi também apreciado e aprovado o seguinte:

✘ fazer campanha de filiação permanente, com metodologias para atrair novos associados

✘ propor ações esportivas e culturais, como o Cine Sindical

✘ apoiar a campanha do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de Santa Catarina (Sinjusc) de eleições diretas no Tribunal de Contas de SC, sugerindo que a Fenajufe faça o mesmo junto ao TCU



Rodrigues Viana

A defesa e a valorização dos servidores e do serviço público deram o tom dos debates

Plano de Lutas

✘ Defender o serviço público de qualidade, com a contratação de servidores para a reposição de postos de trabalho e a aplicação de reajuste que recomponha os salários e garanta ganhos reais;

✘ Defender a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e o direito à aposentadoria, em defesa da Previdência Pública e contra a Reforma da Previdência proposta na PEC 06/2019;

✘ Lutar pela revogação do congelamento dos gastos imposto pela Emenda Constitucional 95, que tem levado a sucessivos cortes orçamentários em todas as instâncias do Judiciário;

✘ Defender a estabilidade dos servidores públicos, combatendo os projetos PLP 248/1998 e PLS 116/2017, que buscam a quebra da estabilidade e a demissão de servidores;

✘ Lutar por melhores condições de trabalho e de saúde, combatendo a terceirização, a precarização, o desmonte dos serviços públicos, as privatizações e a substituição dos postos de trabalho pela informatização;

✘ Combater o assédio moral e sexual em todo o Judiciário Federal catarinense;

✘ Lutar pela liberdade sindical e liberdade de associação, não aceitando qualquer tipo de intervenção do Estado no Sindicato ou punição ao exercício da atividade sindical;

✘ Defender de forma intransigente a Justiça do Trabalho;

✘ Defender a soberania e as riquezas da nossa terra, da nossa cultura, dos povos originários, dos trabalhadores do campo e da cidade, das mulheres, dos negros, da população LGBTI+ e dos imigrantes.

Sindicato vai retomar discussão orçamentária em Brasília

A direção do Sintrajusc prepara-se para retomar, em Brasília, a agenda de visitas aos Tribunais Superiores para discutir a pauta orçamentária. Esse tipo de iniciativa tem se tornado cada vez mais importante e se soma às iniciativas da Assessoria Jurídica em defesa dos servidores.

Um bom exemplo foi o reajuste, ano passado, do auxílio-alimentação e da assistência pré-escolar dos servidores do Judiciário Federal, depois de uma série de reuniões do Sintrajusc, de outros Sindicatos e da Fenajufe no CSJT, CJP, TSE e CNJ para tratar do reajuste dos benefícios. Somado a isso, o Sintrajusc retomou as execuções da ação do auxílio-alimentação, que garantiu aos servidores as diferenças entre setembro de 2007 a dezembro de 2011. O Sintrajusc foi o único Sindicato a obter esse ganho.

Orçamento também é político

Nas visitas aos Tribunais Superiores, o Sindicato leva o material preparado pelo assessor econômico Washington Lima, que ao longo do ano acompanha de perto a movimentação orçamentária dos tribunais. As planilhas revelam que é preciso avaliar com cautela o alarmismo dos discursos sobre a situação orçamentária do Judiciário Federal. Nos últimos anos, tem se verificado que há, sim, recursos, mas os números que revelam isso são muitas vezes atropelados por alegações sobre crise, congelamento e outros bordões que interditam o necessário debate.

No 9º Congresso do Sintrajusc, realizado nos dias 14 e 15 de setembro, Washington mostrou que há possibilidade de melhorias em rubricas que atendem os servidores, como as de Benefícios Soci-



Cálculos do assessor Washington Lima mostram que é possível aumentar benefícios

ais, destacando ainda que o orçamento não é composto de peças apenas técnicas. A composição também tem contornos políticos. Um exemplo do uso político do orçamento é a Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos públicos por 20 anos.

Mesmo observados os limites impostos por ela, a redação do artigo 109, inciso I, permite concluir que o valor do PCS dos servidores, por se tratar de lei aprovada antes da vigência da emenda, não poderia ser incluído no limite legal, mas é isso que acontece. Mesmo não considerando essa possibilidade em relação ao PCS, há uma expressiva sobra orçamentária, tanto porque os Tribunais

não gastam os valores ao longo do ano de forma adequada como porque valores significativos são devolvidos ou perdidos, os quais permitiriam reajuste dos benefícios com ainda bastante sobra orçamentária. Na Justiça do Trabalho como um todo, por exemplo, até 25 de agosto passado o percentual de orçamento liquidado das despesas (sem a de pessoal) era de 38,55%, quando o ideal é de 64,93%. Essa diferença resultava em um saldo, na data, de R\$ 956.055.217.

Por isso, a diretoria do Sindicato insiste na importância de manter a pressão em Brasília, nos Tribunais e Órgãos Superiores, para conseguir alavancar o orçamento em favor dos servidores.

JURÍDICO - O escritório PITA MACHADO ADVOGADOS - SEDE FLORIANÓPOLIS comunica que está funcionando em novo endereço: Av. Prof. Othon Gama D'Eça, 677, sala 804 - Centro - Florianópolis. O telefone é o mesmo: 48 3222-6766. O atendimento no Sindicato continua nas quintas, das 9 às 11 horas.

GRUPO DE TRABALHO - A primeira reunião do GT de mulheres, negros e negras e LGBTI+ será no dia 8 de outubro (terça-feira), às 19h30, na sede do Sintrajusc. A atividade é aberta a tod@s@s interessad@s. A criação deste GT foi proposta e aprovada no 9º Congresso do Sintrajusc (veja ao lado).

Confira a atualização das demandas do Jurídico

Setembro foi um mês intenso na atuação jurídica do Sintrajusc, que esteve presente em Brasília na semana de 23 a 26, quando temas de grande interesse para a categoria estavam pautados no STF e no CJF. O coordenador Paulo Roberto Koinski, que acompanhou as sessões, destaca a notícia positiva para os servidores da Justiça Federal que recebem os quintos (veja ao lado). Mas lamenta que os ministros do STF não tenham acolhido a revisão geral, conforme prevê a Constituição Federal.

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Uma boa notícia em relação aos autos da Ação Rescisória do Auxílio-Alimentação: no dia 23/9, a União renunciou ao prazo recursal. Isto quer dizer que não haverá a interposição de recursos para as Instâncias Superiores e que o trânsito em julgado já pode ser certificado. O escritório Pita Machado já estava peticionando para dar prosseguimento às execuções desde a publicação do acórdão pelo TRF4. Com a certificação do trânsito em julgado, nada mais impedirá o regular processamento das execuções, possibilitando o pagamento das pessoas que estavam com valores bloqueados ou que ainda não tinham suas requisições de pagamento expedidas, bem como o ajuizamento das ações que cessaram em razão do deferimento do pedido de efeito suspensivo feito pela União na Rescisória.

QUINTOS NA CJF

Os quintos continuarão a ser pagos aos servidores da Justiça Federal, pelo menos por mais quatro meses, enquanto se aguarda a decisão definitiva do STF. Em julgamento no dia 23/9, o Plenário do CJF acolheu em parte os embargos declaratórios opostos pela Fenajufe e ampliou em 4 (quatro) meses o prazo antes concedido para a retirada da vantagem. O Sintrajusc também havia formulado pedido de suspensão, que ficou englobado pela concessão do pedido da Federação.

De acordo com o advogado do Sindicato, Pedro Pita Machado, foi uma vitória essencial, que garante que os servidores da Justiça Federal não sofram um tratamento discriminatório em relação aos demais ramos do Judiciário da União.

QUINTOS NO STF

O RE 638.115, que trata dos quintos incorporados entre abril de 1998 e setembro de 2001, será julgado a partir do dia 11 de outubro no Plenário Virtual. No dia 26/9, o ministro Ricardo Lewandowski retirou o destaque que suspendeu o julgamento virtual em 28 de agosto. Em 12 de setembro a Fenajufe reuniu-se com o magistrado e reafirmou a necessidade de decisão imediata no processo. O retorno do processo ao ambiente virtual acontece após intensa atuação da Federação e dos Sindicatos, inclusive com a entrega de memoriais aos ministros do STF.

REVISÃO GERAL NO STF

“As questões fiscais e orçamentárias nos impõem certos limites”. A afirmação foi do ministro Dias Toffoli, ao votar pela negativa de indenização aos servidores públicos nos anos em que não houve encaminhamento de projeto de lei de revisão geral previsto na Constituição.

Com o voto do ministro Edson Fachin, no mesmo sentido, o Plenário do STF formou maioria (6x4) na sessão de 25/09 e decidiu a questão em sede de repercussão geral.

Votaram a favor dos servidores os ministros Marco Aurélio (relator), Luiz Fux, Carmen Lúcia e Ricardo Lewandowski. votaram contra os ministros Roberto Barroso, Teori Zavascki, Rosa Webber, Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Edson Fachin. O voto do Ministro Celso de Mello, ausente, não influenciaria o resultado.

O advogado Pedro Pita Machado critica a decisão: “A Constituição é clara em garantir revisão geral anualmente. A esse direito corresponde a obrigação do Chefe do Executivo encaminhar anualmente projeto de lei de recomposição. Quando tal dever é descumprido, causando lesão a esfera jurídica dos servidores, surge o direito a uma indenização”. Ele lembra que a própria Lei de Responsabilidade Fiscal abre duas exceções aos limites de gastos: pagamentos aos bancos e revisão geral anual dos servidores.

VENHA SOMAR. FILIE-SE!